CONGRESSO

90 ANOS

LISBOA

O TEMPO E A GENTE

MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO

22 A 24 OUTUBRO 2026

Organização: Grupo Amigos de Lisboa
Informações e inscrições:
congresso.gal@gmail.com
https://forms.gle/kBsEuoxYU8scpsUHA

Apoios

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

LISBOA

LIVRO DE RESUMOS

TÍTULO: ***LISBOA: O TEMPO E A GENTE***

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA: Carlos Boavida, Paulo Batista, Sílvia Ferreira

EDIÇÃO: Grupo Amigos de Lisboa

Todos os direitos reservados ao abrigo do código dos direitos de autor e dos direitos conexos.

ISBN 978-972-638-075-7 (impresso)

ISBN 978-972-638-076-4 (digital)

CONGRESSO

Lisboa: O Tempo e a Gente

Nos 90 Anos do Grupo Amigos de Lisboa

DATA, LOCAL: 22 a 24 de Outubro de 2026 – Auditório do Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa

Comissão organizadora:

Carlos Boavida (GAL; AAP)

Paulo Batista (Arquivo Nacional Torre do Tombo/DGLAB – CIDEHUS)

Sílvia Ferreira (IHA – NOVA FCSH / IN2PAST)

Comissão Científica:

Ana Cristina Martins (Universidade de Évora / IHC-UÉvora / IN2PAST / Acad. Inter. Cultura Portuguesa)

António Marques (Centro de Arqueologia de Lisboa – CAL/CML)

Hélia Silva (GEO / CML – IHA – NOVA FCSH / IN2PAST)

Hermenegildo Fernandes (FLUL)

Paulo Almeida Fernandes (Museu de Lisboa-EGEAC / IHA – NOVA FCSH / IN2PAST)

Susana Flor (IHA – NOVA FCSH / IN2PAST)

Salete Salvado (Grupo Amigos de Lisboa)

Tânia Casimiro (Universidade de Stirling – Reino Unido)

Vítor Serrão (Artis – FLUL)

Apoios: Associação dos Arqueólogos Portugueses e Câmara Municipal de Lisboa

(impresso)
ISBN 978-972-638-075-7
9 789726 380757

(digital)
ISBN 978-972-638-076-4
9 789726 380764

Apoios

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

Fundado em 1936 por iniciativa de uma comissão organizadora de que faziam parte, entre outros, os irmãos Alberto e Eugénio Mac-Bride, Augusto Vieira da Silva, Gustavo de Matos Sequeira, Leitão de Barros, Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo, o Grupo Amigos de Lisboa (GAL) comemora, em 2026, noventa anos de presença ativa na cidade de Lisboa. Logo em 1938 saía o boletim oficial da instituição, o *Olisipo,* que com várias periodicidades se tem mantido ativo, sendo fonte incontornável para os estudos da Cidade.

Os objetivos do GAL permanecem até hoje fiéis aos estatutos atualizados em 1987:

a) Defender o património artístico monumental e documental olisiponense;

b) Contribuir para o estudo e solução dos problemas do urbanismo e expansão de Lisboa;

c) Dar o seu parecer, quando solicitado, a instituições oficiais e particulares que se ocupem da administração, da defesa e do progresso de Lisboa.

A dinâmica do GAL, que se mantém desde a sua fundação, sustenta-se fundamentalmente na ação pedagógica, através de visitas guiadas a monumentos de Lisboa e áreas limítrofes da sua influência e à organização de colóquios, congressos, conferências e palestras, que têm permitido ao Grupo contribuir ativamente para estimular o interesse pela História da Cidade e promover o debate de ideias e o avanço do conhecimento. Neste âmbito, destacam-se ainda as várias edições de atas e de livros resultantes dos vários colóquios e congressos que organizou, ou em que participou ativamente.

Ao longo da sua história tem tido como entidade parceira privilegiada a Câmara Municipal de Lisboa, contando com outros interlocutores como o Gabinete de Estudos Olisiponenses, a Associação de Arqueólogos Portugueses, a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Casa Veva de Lima, a Fundação das Casas de Fronteira e Alorna e mais recentemente o Museu de Lisboa, nos seus vários núcleos. Tem-se associado também a universidades e outras instituições de ensino e divulgação de cultura, contribuindo com o seu acervo documental, bibliográfico e de objetos significativos para a História de Lisboa para fortalecer redes de colaboração e de divulgação do seu importante espólio.

Várias causas têm movido o GAL ao longo da sua já longa existência, das quais podemos destacar: o restauro do Castelo de S. Jorge (1938 a 1940); o inquérito, ainda hoje válido, sobre "A Cor de Lisboa" (1948); a mobilização da opinião pública contra o projeto de alteração do perfil transversal e da arborização da Avenida da Liberdade (1955-1957); o apoio com sugestões sobre o projeto do "Plano Diretor de Lisboa" (1968); a intervenção junto do Patriarcado na "Defesa do Valor Artístico dos Templos da Capital" (1970); o contributo para a não destruição do Parque Ventura Terra (1983) ou a promoção do restauro dos chafarizes da cidade (1987). Isto para mencionar apenas algumas das suas mais relevantes intervenções.

O trabalho desenvolvido pelo Grupo Amigos de Lisboa mereceu o reconhecimento da Câmara Municipal de Lisboa, que lhe atribuiu em 1956 a Medalha de Ouro da Cidade, e do Governo, que a considerou em 1980, instituição de Utilidade Pública.

Comemorando-se em 2026, os noventa anos de existência do GAL, e por todos os motivos acima referidos, o Grupo decidiu assinalar a data com a organização de um congresso, que tem lugar nos dias 22, 23 e 24 de outubro, na Associação dos Arqueólogos Portugueses, entidade parceira desta iniciativa, sediada no Museu Arqueológico do Carmo.

	22 Outubro 2026
14h30	**Recepção dos congressistas**
15h00	**Abertura**
	Sessão 1 – Moderação de Hélia Silva
15h20	*A Lisboa dos Descobrimentos: espaços, gentes e vivências* Maria Paula Marçal Lourenço
15h40	*A Vista de Lisboa da Academia Nacional de Belas-Artes: um "olhar de lupa" sobre a frente ribeirinha da segunda metade do século XVIII* Michela Degortes
16h00	*Tempo, Território e Cidade – A Rua da Junqueira e o Desenvolvimento de Lisboa Ocidental* Cristina Soares Rodrigues
16h20	*No trilho dos animais na história de Lisboa* Nina Vieira, Carla Vieira, Joana Lages Gonçalves, Manuel Fialho Silva, Catarina Simões, Patrícia Carvalho
16h40	*Entre a Crónica e os Palcos: o Teatro Lisboeta nas Fontes Olisipográficas de Lisboa* Raquel Medina Cabeças
17h00	Debate
17h20	**Fim do 1.º dia**

	23 Outubro 2026
10h30	Conferência *O Bairro das Olarias que antes de o ser, já o era. As Olarias dos Anjos entre a matriz medieval e a consolidação quinhentista da produção cerâmica lisboeta* Pedro Flor
	Sessão 2 – Moderação de António Marques
11h00	*Intervenções em património. Paradigmas e paradoxos* Rui Matos, Fernando Lopes, Pedro Miranda, Sofia Tempero
11h20	*O Projeto de Salvaguarda e Inventariação da Coleção de Moldes da Calçada Artística Portuguesa* Rui Matos, Fernando Lopes, Pedro Miranda, Sofia Tempero
11h40	*Reabilitação Urbana em Lisboa (1985-2026): da utopia à distopia?* Rui Matos, Teresa Campos Coelho
12h00	*A Cultura Antiga e a Sociedade Afonsina: quem sabia das relíquias de São Vicente?* Mauro Costa

12h20	*Real Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e S. Sebastião:* *Um património material e imaterial incontornável para a memória de Lisboa* Teresa Campos Coelho, Alexandra Gago da Câmara
12h40	*História perdida: os irmãos do Oratório no Hospital de São José* Carlos Boavida
13h00	Debate
13h15	**Almoço**
15h00	Conferência *Lisboa é um hiperobjecto: colonialidade, circulação material e responsabilidade arqueológica* Tânia Manuel Casimiro
	Sessão 3 – Moderação de Tânia Manuel Casimiro
15h30	*"Viva a anarquia! Viva a revolução social!":* *Luiz Bernardo de Mattos e a tentativa de regicídio de 1896* Carla Nicolau Miranda
15h50	*Os Palácios de Lisboa e Sintra de Manuel Pinto da Fonseca, o Monte Cristo* Margarida Elias
16h10	*Memórias de um Vale: Morfologia, Água e Produção* Mafalda Sofia Paiva, Nuno Pires, Eva Leitão
16h30	*Património industrial em mudança: o Centro de Arqueologia de Lisboa* Isabel Cameira, João Luís Sequeira
16h50	*O que são os Moinhos de Vento de Lisboa?* Ricardo Coelho, Leonor Medeiros
17h10	Debate
17h30	**Fim do 2.º dia**

	24 Outubro 2026
10h30	Conferência *Em Lisboa com D. Dinis* Carlos Guardado da Silva
	Sessão 4 – Moderação de Ana Cristina Martins
11h00	*"Teatro de Poder":* *os promotores das homenagens imperiais em Olisipo. Representação e munificência pública* Amílcar Guerra, Sara Reis
11h15	*A "Casa da Nora". Um reflexo de Alcântara Rural* Sérgio Pedroso, André Bargão, Cristina Soares Rodrigues Filipa Dimas, Sílvia Casimiro, Alexandra Krus

11h30	*A Procissão Nossa Senhora da Saúde:* *uma Memória Visual no Arquivo Municipal de Lisboa Fotográfico* Ana Paula Delgado
11h45	*Entre a sala e a reserva:* *a pintura alegórica neoclássica do Real Palácio da Ajuda e a sua circulação em Lisboa* André Soares Ferreira
12h00	*Da Estrada Real ao Ramal de Cintra.* *Algumas notas sobre o impacto dos caminho-de-ferros no território* João Castela Cravo
12h15	*Tempo e Poder em Lisboa* Fernando Correia de Oliveira
12h30	Debate
13h15	**Almoço**
15h00	Conferência *Lisboa sob a sombra e a luz dos Filipes.* *Mutações urbanas, redes globais e identidade metropolitana (1580–1640)* João José Alves Dias
	Sessão 5 – Moderação de Paulo Batista
15h30	*As que estão, as que estiveram e as que eram para ter estado, mas nunca estiveram.* *Histórias de algumas estátuas e esculturas que peregrinaram por Lisboa* Carlos Boavida
15h50	*A grande Avenida do sítio. A rua de Dona Estefânia: processo urbanístico e construtivo* Tiago Borges Lourenço
16h10	*A "Lisboa Colecção" de Augusto Vieira da Silva (1869-1951)* Ana Cristina Leite
16h30	*Augusto Vieira da Silva e a Repartição da Propriedade Industrial.* *Notas a uma coleção de marcas comerciais e industriais no Gabinete de Estudos Olisiponenses* Elisabete Gama
16h50	*Saber Lisboa. O Curso de Estudos Olisiponenses (1945-1957)* Raquel Seixas, Tiago Borges Lourenço
17h10	Debate
17h30	**Encerramento**
17h40	**Lançamento livro congresso** ***Lisboa: um outro olhar – Nos 90 anos do Grupo Amigos de Lisboa* por Ana Margarida Arruda**

RESUMOS

A Lisboa dos Descobrimentos: espaços, gentes e vivências

Maria Paula Marçal Lourenço

A partir de fontes impressas, pretende-se, com esta comunicação, abordar as alterações arquitectónicas e espaciais da Lisboa dos Descobrimentos, assim como as novas vivências cortesãs da família real e de toda uma panóplia de gente ligada a ofícios tradicionais e, sobretudo, às mais recentes actividades decorrentes do trato ultramarino. Em suma, a assimetria de uma urbe elegante, com grandes paços, luxuosa e exótica e a larga maioria dos seus habitantes que, pouco ou nada, beneficiava dos proventos da Expansão Portuguesa, e que viviam um quotidiano violento, cinzento, de pendor arcaico e tradicional.

A Vista de Lisboa da Academia Nacional de Belas-Artes: um "olhar de lupa" sobre a frente ribeirinha da segunda metade do século XVIII

Michela Degortes

A Vista de Lisboa da Academia Nacional de Belas-Artes (c. 1768–1779) é um desenho que representa a cidade vista a partir do rio Tejo, no troço compreendido entre Alcântara e Santa Catarina. Trata-se de uma fonte iconográfica de extrema importância, que se distingue das numerosas outras representações de Lisboa pelo rigor e pela atenção minuciosa ao detalhe com que o autor executou o desenho. A partir dos primeiros estudos de Augusto Vieira da Silva, que estabeleceram a datação e identificaram muitos dos edifícios mais relevantes representados no desenho, a historiografia tem-se ocupado pontualmente da Vista, quer enquanto testemunho do urbanismo cenográfico característico de Lisboa, quer através da análise de edifícios específicos e casos de estudo concretos, bem como da reconstituição da metodologia adoptada pelo seu autor — ainda hoje desconhecido.O presente contributo propõe uma reflexão aprofundada sobre a Vista da ANBA através da sua comparação com outro desenho da frente ribeirinha, executado na segunda metade do século XVIII e atualmente conservado no Museu Nacional de Arte Antiga. A comparação visa confrontar as Vistas ANBA e MNAA, quer enquanto fontes iconográficas para o estudo da evolução urbana da Lisboa pombalina — evidenciando afinidades e transformações nos edifícios mais representativos —, quer enquanto obras de arte a enquadrar na tradição europeia da representação urbana na transição entre os séculos XVIII e XIX. O contributo aborda igualmente a questão da representação da vida quotidiana, evidenciada pelo confronto entre os dois desenhos e visível nas figuras humanas presentes na Vista da ANBA, revelando a atenção do seu autor ao elemento pitoresco para além do caráter cenográfico arquitectonico.

Tempo, Território e Cidade – A Rua da Junqueira e o Desenvolvimento de Lisboa Ocidental

Cristina Soares Rodrigues

A Rua da Junqueira — e a sua área de influência no contínuo ribeirinho ocidental de Lisboa — configura-se como um observatório privilegiado para a problematização crítica dos mecanismos de transformação urbana entre os séculos XVIII e XIX. A rua é aqui entendida não como mero suporte funcional, mas como estrutura morfológica e cultural, onde se inscrevem as sucessivas camadas de significado artístico, social e simbólico que conformam a cidade histórica. A proximidade matricial ao Tejo — enquanto paisagem cultural, eixo económico e horizonte identitário — condicionou a implantação arquitetónica, os regimes de ocupação e a própria semântica do espaço construído, articulando práticas residenciais aristocráticas, infraestruturas produtivas e novas lógicas de circulação. Neste enquadramento, interrogam-se criticamente os processos através dos quais as políticas urbanas, as mutações socioeconómicas e a cultura visual se materializam em formas, tipologias e usos, contribuindo para a constituição da Lisboa moderna. A investigação desenvolve uma abordagem interdisciplinar que articula História da Arte, História Urbana e Estudos do Património, mobilizando a análise de fontes textuais, cartográficas e iconográficas, bem como a leitura directa do tecido urbano. A deambulação metódica é assumida como ferramenta heurística, permitindo

apreender a estratigrafia temporal e formal que caracteriza a Junqueira: da consolidação do eixo palaciano setecentista de recreio, à reconfiguração pós-1755, até à progressiva industrialização oitocentista e transformação das redes de mobilidade. A repetição do percurso constitui-se, assim, como prática cognitiva que evidencia tensões estruturais entre permanência e mutação, monumentalidade e quotidiano, paisagem ribeirinha e infraestrutura urbana. Defende-se, por conseguinte, a centralidade epistemológica da rua enquanto microcosmo analítico para a compreensão da génese e metamorfose da cidade. Para além de contribuir para a atualização historiográfica sobre Lisboa Ocidental, este estudo propõe uma leitura integrada da Junqueira como paisagem cultural ribeirinha e laboratório privilegiado de observação dos processos urbanos, dialogando com o eixo temático do congresso "Lisboa: o Tempo e a Gente" e sublinhando a indissociabilidade entre experiência sensível do espaço, memória urbana e construção histórica do território.

No trilho dos animais na história de Lisboa

Nina Vieira, Carla Vieira, Joana Lages Gonçalves, Manuel Fialho Silva, Catarina Simões, Patrícia Carvalho

Durante a Expo 98, todos os dias um rinoceronte mecanizado ganhava vida numa jaula sobre o Tejo. A 20 de maio de 1515, desembarcava em Lisboa Ganda, um rinoceronte-indiano (Rhinoceros unicornis) oferecido pelo sultão do Guzerate a Afonso de Albuquerque e que este, por sua vez, enviou ao rei D. Manuel I. Estes dois acontecimentos, ainda que separados por cerca de 480 anos, fazem parte de uma história conectada da cidade de Lisboa que atravessa diferentes cronologias e ambientes e que inclui pessoas e outros animais.

Estas histórias fazem parte de um conjunto de narrativas que estão a ser recuperadas, de forma sistemática, sobre o papel e a presença dos animais na história de Lisboa. Através de investigação histórica de fontes documentais e vestígios materiais, entre os séculos XII e XVIII, tem sido possível mapear os espaços dos animais históricos, acompanhando o desenvolvimento da urbe na longa cronologia. Nesta comunicação, apresentaremos os primeiros resultados do projeto ANIMALx - Animais de Lisboa, desenvolvido na NOVA FCSH em parceria com o Gabinete de Estudos Olisiponenses e o Museu de Lisboa, alguns dos quais já se encontram disponíveis em https://projetos.dhlab.fcsh.unl.pt/s/animalx/ page/animalplaces.

Esta nova plataforma permite identificar indícios da presença histórica de animais na cidade, bem como referências a estruturas físicas associadas, aos seus usos, e aos múltiplos papéis que desempenharam na dinâmica socioeconómica e cultural de Lisboa. Tal abordagem pretende contribuir para uma nova visão da história urbana que inclui os animais como agentes de produção de conhecimento, práticas culturais, criação de riqueza e subsistência humana, bem como vizinhos com os quais se estabeleceram relações de coexistência, antagonismo ou interdependência ao longo da história e até ao presente. Assim seguimos o trilho dos animais na história de Lisboa.

Entre a Crónica e os Palcos: o Teatro Lisboeta nas Fontes Olisipográficas de Lisboa

Raquel Medina Cabeças

A presente proposta, «Entre a Crónica e os Palcos: o Teatro Português nas Fontes Olissipográficas», tem como objetivo analisar a forma como o teatro português dos séculos XVII e início do XVIII é representado, interpretado e integrado na memória urbana de Lisboa através das fontes olissipográficas. O estudo incide sobre um conjunto selecionado de textos produzidos por olissipógrafos que, ao descreverem a cidade, os seus edifícios, práticas sociais e costumes, incorporam referências diretas e indiretas à atividade teatral, aos seus espaços e aos seus agentes. A investigação será desenvolvida a partir do corpus disponibilizado no portal Olisipógrafos – Os Cronistas de Lisboa, complementado por fontes manuscritas e impressas coevas, cruzando descrições urbanas, crónicas, memórias e relatos históricos com documentação teatral e arquitetónica. Metodologicamente, o trabalho articula a história cultural e urbana com os estudos de artes performativas, adotando uma leitura crítica das fontes enquanto construções discursivas que participam ativamente na definição do lugar do teatro na cidade e na sua hierarquia simbólica. Este projeto dá continuidade

a investigações anteriores centradas na relação entre teatro e cidade, nomeadamente O Teatro em Diálogo com a Lisboa Seiscentista, onde foram analisados os espaços teatrais lisboetas e a sua inserção no tecido urbano e social. Ao deslocar o foco para a receção e representação do teatro nas narrativas olissipográficas, pretende-se compreender não apenas onde o teatro acontecia, mas como era percebido, valorizado ou problematizado pelos autores que construíram a memória histórica de Lisboa. A relevância do estudo reside na sua capacidade de revelar o papel do teatro enquanto prática cultural estruturante da Lisboa moderna, bem como de questionar os limites entre crónica urbana, historiografia e história do espetáculo. Ao evidenciar a presença do teatro nas fontes olissipográficas, o projeto contribui para uma compreensão integrada das relações entre cidade, escrita histórica e cultura performativa na Época Moderna

O Bairro das Olarias que antes de o ser, já o era. As Olarias dos Anjos entre a matriz medieval e a consolidação quinhentista da produção cerâmica lisboeta

Pedro Flor

Este capítulo analisa a formação histórica do Bairro das Olarias, na antiga freguesia dos Anjos, demonstrando que a sua identidade como núcleo de produção cerâmica precede a fixação documental do topónimo, atestada pelo menos desde 1714. Através do cruzamento de fontes escritas, fiscais, paroquiais, toponímicas, cartográficas e arqueológicas, examina-se a longa duração da concentração oleira na zona oriental de Lisboa, entre a Mouraria, a Senhora do Monte, a Graça, os Anjos e o Benformoso. A investigação evidencia a importância da matriz medieval e islâmica, das condições topográficas e das vias de circulação e áreas menos densamente ocupadas na instalação de actividades produtivas associadas ao barro. No século XVI, a expansão do arrabalde e a consolidação da freguesia dos Anjos favoreceram a especialização económica do território, documentada pela presença de oleiros, obreiros, telheiros, fornos, tendas e casas-oficina. Destacam-se ainda as estruturas familiares e profissionais da produção, as hierarquias internas das oficinas, o papel das mulheres, aprendizes e trabalhadores dependentes, bem como a diversidade da produção cerâmica fabricada

Intervenções em património. Paradigmas e paradoxos

Fernando Lopes, Pedro Miranda, Rui Matos, Sofia Tempero

O conhecimento e a valorização da nossa herança comum. O fortalecimento da identidade e memória coletiva da nossa comunidade. O respeito e a preservação dos vestígios das nossa herança. As politicas de gestão urbana e cultural. O desenvolvimento territorial feito com responsabilidade e respeito pelo património. A noção que proteger o passado é também investir em qualidade de vida e no futuro da nossa comunidade. Serão isto tudo conceitos vagos? E como se concretizam? A Unidade de Intervenção Territorial Centro Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, promoveu uma série de intervenções de salvaguarda que procuraram ser um paradigma (modelo, exemplo ou padrão que serve de referência), mas a questão que se nos impõe no final é se não serão elas um paradoxo (afirmação, situação ou ideia que parece contraditória ou ilógica, desafiando o senso comum, mas que, ao mesmo tempo, pode conter uma verdade profunda, um significado mais complexo, ou revelar uma falha em nosso entendimento lógico). Será que valeu a pena? É esta a discussão que procuraremos fazer. Intervenções apresentadas: Reabilitação dos painéis em Azulejo de Fred Kradolfer nos miradouros de Lisboa (Prémio 'SOS Azulejo'); Conservação e Restauro dos Painéis em Azulejo da Fonte Ornamental do Beco do Carneiro (Prémio 'SOS Azulejo'); Reabilitação dos azulejos na envolvente do conjunto edificado sito na Rua Norberto de Araújo, 21-29 e do Miradouro de Santa Luzia (Prémio 'SOS Azulejo'); Intervenção de Conservação e Restauro dos Painéis em Azulejo do Jardim Júlio de Castilho (Prémio 'SOS Azulejo'); Reabilitação do Património Integrado da Sacristia da Ermida do Espirito Santo; Requalificação do Miradouro de Santa Luzia – Plataforma inferior; Reabilitação do Jardim Júlio de Castilho; Conservação e Restauro do Troço da Cerca Velha de Lisboa (Rua Norberto de Araújo); Conservação e Restauro do Busto de Júlio de Castilho; Conservação e restauro do Chafariz do Largo do Correio-Mor; Conservação e Restauro das Lápides do Largo Dr. Bernardino António Gomes (pai); Reabilitação e Refuncionalização do Chafariz da Esperança; Projecto de Comunicação e Divulgação Cultural "Bairro Alto

– Requalificação do Espaço Público"; Projeto Águas Invisíveis da Colina do Castelo (Estudo, Salvaguarda e Valorização dos Elementos de Património Cultural) e Projeto de Salvaguarda e Inventariação da Coleção de Moldes da Calçada Artística Portuguesa (que será objeto de uma comunicação autónoma).

O Projeto de Salvaguarda e Inventariação da Coleção de Moldes da Calçada Artística Portuguesa

Fernando Lopes, Pedro Miranda, Rui Matos, Sofia Tempero

O Projeto de Salvaguarda e Inventariação da Coleção de moldes da Calçada Artística Portuguesa está inserido numa proposta mais vasta que tem como objetivo estudar e interpretar, de forma sistemática e integrada, a calçada artística portuguesa. A Câmara Municipal de Lisboa, reconhecendo a necessidade de salvaguarda e valorização desta expressão material e imaterial, que envolve um processo de criação artística e uma técnica de aplicação assentes numa prática e tradição cultural, tem vindo a promover, interna e externamente, a articulação de um conjunto de iniciativas tendentes à proteção, preservação e divulgação deste património identitário da cidade de Lisboa. No respeitante ao património material associado à arte e técnica do calcetamento, em que se incluem moldes, desenhos, ferramentas e materiais utilizados no processo da composição dos pavimentos artísticos, a Unidade Coordenação Territorial, da Câmara Municipal de Lisboa, tem à sua responsabilidade um acervo composto por aproximadamente cinco mil moldes, essencialmente em madeira, que foram concebidos e utilizados para a execução dos desenhos artísticos nos pavimentos de calçada da cidade. Este serviço coordena igualmente as equipas de calceteiros que são responsáveis pela manutenção dos referidos pavimentos. A maioria destes moldes encontra-se ainda a uso para efeitos de manutenção da calçada. Outros, em número também significativo, correspondem a desenhos de pavimentos entretanto substituídos. Importa, assim, garantir a salvaguarda do conjunto destes bens manufaturados, funcionais e igualmente artísticos, cuja singularidade é relevante no contexto do estudo e investigação desta realidade patrimonial. Estamos perante uma coleção de peças que tem origem nos primeiros casos aplicados na cidade, comportando alguns exemplares únicos de moldes, respeitantes a pavimentos hoje inexistentes e que representam um dos vestígios materiais que, em paralelo com a documentação, imagens, iconografia e projetos em arquivo, são essenciais ao seu conhecimento integral. Neste contexto, a Unidade de Intervenção Territorial Centro Histórico está a realizar uma intervenção integrada de salvaguarda e inventário desta coleção, contribuindo assim para o seu conhecimento através do respetivo registo, conservação e futura divulgação.

Reabilitação Urbana em Lisboa (1985-2026): da utopia à distopia?

Rui Matos, Teresa Campos Coelho

Utopia é a ideia de civilização ideal, fantástica, imaginária. É um sistema ou plano que parece irrealizável, é uma fantasia, um devaneio, uma ilusão, um sonho. Do grego "ou+topos", que significa "lugar que não existe". No sentido geral, o termo é usado para denominar construções imaginárias de sociedades perfeitas, de acordo com os princípios filosóficos de seus idealizadores. Distopia, também conhecida como antiutopia, é geralmente caracterizada como um desenlace catastrófico para a humanidade, com uma sociedade oposta à utópica. Nas distopias as normas que visam ao bem comum são flexíveis e a tecnologia é utilizada como ferramenta de controle. Na distopia, a realidade para um mundo melhor não é possível, pelo contrário: as características negativas da realidade são reforçadas.Em 1983 um movimento de habitantes de Alfama produziu o documento "Alfama – Morte ou Recuperação", originando, a partir de 1985, o processo de reabilitação urbana dos bairros históricos de Lisboa, criando uma série de documentos legais e a constituição dos Gabinete Técnicos Locais de Alfama e da Mouraria (1986). O grande incêndio do Chiado, em Agosto de 1988, reforçaria a necessidade de preservação do centro histórico da cidade tendo a Câmara Municipal de Lisboa lançado, um ano depois, a Discussão Pública dos Projetos Especiais de Salvaguarda desses gabinetes. O objetivo principal era melhorar a qualidade do território urbano satisfazendo as necessidades básicas da população, o acesso a uma habitação satisfatória para todos, promover a conservação integrada do património cultural, a coesão territorial e o desenvolvimento sustentável da cidade. Presente estava a noção de que a reabilitação urbana do tecido histórico não deve ser pensada como uma intervenção isolada

e pontual de valorização do património arquitectónico de excecional valor histórico e artístico, mas tem de respeitar os valores patrimoniais e culturais presentes no território.A criação da Direção Municipal de Reabilitação Urbana (1990) alargaria as áreas dos gabinetes e o âmbito destas operações, criando novos gabinetes em outras áreas históricas da cidade e uma série de instrumento legais como o Plano Diretor Municipal de Lisboa (1994), a implementação dos Planos de Urbanização dos Núcleos Históricos - Alfama e Colina do Castelo, Mouraria, Bairro Alto e Bica, Madragoa (1996), ou a criação dos Projetos Integrados dessas áreas, entre outros. Integrado as equipas destes Gabinetes Técnicos Locais praticamente desde o seu início, os autores desta proposta pretendem fazer o historial daquela que foi uma das mais importantes intervenções na cidade (hoje inexplicavelmente pouco divulgada), a qual contou com a colaboração de numerosas entidades nacionais e internacionais. Lançando ainda a seguinte questão: Passados quarenta anos qual o balanço? Utopia ou distopia?

A Cultura Antiga e a Sociedade Afonsina: quem sabia das relíquias de São Vicente?

Mauro Costa

Na História e na Cultura portuguesas, existem temas que, por diversas razões, têm tendência para ser regularmente visitados. O nível de conhecimento cultural da sociedade portuguesa durante o reinado de D. Afonso Henriques é um deles. Ao longo das últimas décadas, muito se tem escrito acerca da conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques e acerca do consequente governo da cidade recém-conquistada pela coroa portuguesa. Dentro destas temáticas, o culto de São Vicente e a recepção das suas relíquias na cidade de Lisboa é um dos temas mais complexos. A par do culto de São Vicente ter ganho uma grande vitalidade, entre a reconquista da cidade e a recepção das suas relíquias, o nível de cultura literária existente sobre o santo mártir hispânico tem sido uma boa questão de estudo a colocar. A nossa comunicação irá centrar-se no conhecimento literário existente acerca da localização das relíquias na Lisboa afonsina. É necessário determinar qual a literatura que informava os elementos cultos da sociedade lisboeta daquele tempo e onde é que podia ser lida. Torna-se necessário, não só fazer uma releitura da literatura disponível no período em questão, de modo a aferir que informações acerca da vida, do martírio e da sepultura de São Vicente se sabiam, mas também aferir as fontes sobre quem lia essa mesma literatura na Lisboa do tempo.

Real Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e S. Sebastião - Um património material e imaterial incontornável para a memória de Lisboa

Teresa Campos Coelho, Alexandra Gago da Câmara

Esta Irmandade resulta da união da Irmandade de S. Sebastião dos Artilheiros de Lisboa (1505), com Capela na Mouraria, junto à Muralha Fernandina com a Irmandade de Nossa Senhora da Saúde (1569) então sediada no vizinho Colégio dos Meninos Órfãos, ambas criadas após as epidemias que assolaram a cidade nos anos das suas fundações - datando de 20 de Abril de 1570 a realização da primeira Procissão de Nossa Senhora da Saúde.

Dissidências com o Colégio dos Meninos Órfãos levaram a que os Artilheiros oferecessem à Irmandade de Nossa Senhora da Saúde a sua capela para nela se instalar. Já reformuladas numa única Irmandade, a imagem de Nossa Senhora foi colocada no seu altar-mor, na simbólica data de 20 de Abril, em 1662.

Elevada a Capela Real por D. Pedro V em 1861, classificada em 1996 como Imóvel de Interesse Público, revela um programa arquitetónico e decorativo que reflete diferentes campanhas construtivas e artísticas ao longo dos séculos. Na sua arquitectura trabalharam arquitectos régios como Teodósio de Frias (c. 1555 - 1634) ou João Antunes (1643-1712), a quem é atribuída a actual fachada. Outras campanhas de obras seguir-se-iam nos séculos seguintes, nomeadamente após o sismo de 1755, acompanhadas de importantes campanhas decorativas como a talha e o revestimento azulejar, completando a sua arquitectura.

Assegurando ao longo dos séculos a realização da Procissão de Nossa Senhora da Saúde, a Irmandade tem hoje uma outra função igualmente importante: em 1897 respeitando a herança deixada à Irmandade por D.

Maria Balbina dos Reis Pinto, a Irmandade criava um Lar de Cegos para pobres, designado por Fundação Lar de Cegos de Nossa Senhora da Saúde.

Nas ultimas décadas tem sido preocupação da Irmandade promover a conservação do seu importante espólio. Entre outras acções, na comemoração dos 500 anos em 2005 recuperou, com o patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa, os azulejos da nave que se encontravam em elevado estado de degradação. Atribuídos ao pintor António de Oliveira Bernardes (1660-1732), é constituído por painéis azuis figurando vários Profetas em fundos de paisagens. Este programa, inspirado em modelos gráficos europeus adaptados à azulejaria portuguesa setecentista, reforça o carácter doutrinal, pedagógico e devocional do espaço.

Dando resposta a um desejo formulado ainda na comemoração dos 500 anos, e numa estreita colaboração entre Artilheiros e Historiadores de várias áreas, a Irmandade está a trabalhar na publicação de uma obra que dê a conhecer toda a sua História, um Património incontornável para a memória de Lisboa.

História perdida: os irmãos do Oratório no Hospital de São José

Carlos Boavida

Após a abertura do Hospital Real de São José, instalado no antigo Colégio de Santo Antão-o-Novo, coube aos padres da Congregação do Oratório prestar a assistência espiritual aos doentes ali internados. Para o efeito, D. Maria I doou aos congregados uma capela junto à portaria do hospital, que passou a ser dedicada a Nossa Senhora das Saudades.

Com o fim das ordens religiosas, em 1834, a Congregação foi extinta, mas os padres continuaram a usar a capela até 1850, data em que, devido a alterações no local, a administração do hospital lhes cedeu um outro espaço para sua utilização, cuja localização é, infelizmente, desconhecida.

A redescoberta e identificação de um busto representando o Padre Bartolomeu do Quental, fundador da Congregação do Oratório em Portugal, que estava originalmente na capela de Nossa Senhora das Saudades veio permitir contar este capítulo esquecido da História do Hospital de São José.

Lisboa é um hiperobjecto: colonialidade, circulação material e responsabilidade arqueológica

Tânia Manuel Casimiro

E se Lisboa não fosse apenas uma cidade, mas um hiperobjecto? Partindo do conceito de hiperobjecto de Timothy Morton (entidades distribuídas, viscosas, não-locais e temporalmente dispersas) esta comunicação propõe pensar Lisboa como uma infraestrutura material e política que ultrapassa largamente os seus limites geográficos. Lisboa não está apenas em Lisboa. Está nas faianças encontradas no Brasil e na Florida espanhola, nos naufrágios do Índico, nas contas europeias em África, nas porcelanas asiáticas consumidas no seu espaço urbano, nas materialidades da escravatura atlântica e nas redes globais que estruturaram a modernidade. Estas evidências arqueológicas não testemunham apenas circulação, mas também materializam relações de poder, exploração, violência e extração. Lisboa emerge como um hiperobjecto colonial cuja presença existe no Atlântico, no Índico e no tempo profundo do projecto colonial europeu. A cidade é, assim, simultaneamente centro e efeito de redes imperiais que continuam a moldar desigualdades contemporâneas. Mas o hiperobjecto Lisboa não pertence apenas ao passado. A arqueologia contemporânea, do lixo urbano às ruínas da precariedade habitacional, revela a persistência das suas infraestruturas materiais e políticas no Antropoceno. A cidade continua a produzir resíduos e memórias seletivas que excedem a sua escala administrativa. Reconceptualizar Lisboa como hiperobjecto implica uma tomada de posição, pois obriga a arqueologia a assumir responsabilidade crítica perante as materialidades da colonialidade e das suas continuidades. Lisboa deixa de ser cenário histórico e passa a ser processo relacional e politicamente implicado.

"Viva a anarquia! Viva a revolução social!": Luiz Bernardo de Mattos e a tentativa de regicídio de 1896

Carla Nicolau Miranda

No final do século XIX, chegou a Lisboa um pastor, oriundo de uma aldeia em Viseu. Numa trajetória comum, Luiz Bernardo de Mattos procurou na capital um refúgio à pobreza que o criou, mas não encontrou. Habitou uma barraca num bairro clandestino, com a sua mulher e filhos; trabalhou de forma inconsistente para as Obras Públicas; e descreveu em detalhe a fome e miséria porque passou. Este relato não contém apenas detalhes sobre a precariedade que experienciou em Lisboa, mas também sobre o vasto conhecimento de teoria anarquista que cá adquiriu, a sua tentativa falhada de assassinar o rei D. Carlos I, e ainda sobre o homem a quem contou tudo isto: o Doutor Miguel Bombarda, no Hospital de Rilhafoles.

Esta investigação aponta para o panorama do movimento anarquista em Lisboa, na década de 1890, e para a extrema repressão desse mesmo movimento, pelas mãos de magistrados e criminólogos. Para ilustrar estes tópicos, traça o roteiro de Luiz Bernardo de Mattos: de Riodades à Estrangeira de Cima; do emprego instável à participação nas disrupções às festividades do Centenário Antonino de 1895; de uma tentativa de regicídio a uma bomba no Cais do Sodré; até à sua deportação, possibilitada por uma lei que os seus próprios atos impulsionaram.

Os Palácios de Lisboa e Sintra de Manuel Pinto da Fonseca, o Monte Cristo

Margarida Elias

Manuel Pinto da Fonseca (1804–1855) é considerado um dos mais proeminentes traficantes de escravos do centro-sul do Brasil. Nascido no norte de Portugal, emigrou para o Brasil aos vinte e um anos, fundando com os seus irmãos uma empresa comercial, associada ao tráfico de escravos, enriquecendo e ascendendo socialmente. Contudo, com a legislação que criminalizou o tráfico de escravos (1850), passou a ser considerado um inimigo do Estado. De regresso a Portugal, adquiriu diversas propriedades em Lisboa e no Porto e fez doações a instituições de solidariedade. Graças ao seu passado, recebeu a alcunha de "Monte Cristo", em referência ao livro de Alexandre Dumas (publicado entre 1844 e 1846). Em Lisboa, residiu no Palácio da Palmela (no centro de Lisboa) e, entre 1853 e 1854, adquiriu um palácio na Junqueira (nos arredores da cidade) e uma quinta em Sintra (perto de Lisboa), a Quinta do Relógio, onde mandou construir um pequeno palácio de estilo neoárabe.

Na nossa apresentação, iremos focar-nos nos palácios de Pinto da Fonseca, incluindo o Palácio da Palmela (séc. XVIII), mas sobretudo o Palácio da Junqueira, onde teve o maior impacto através de renovações no exterior e interior, e, finalmente, o Palácio de Sintra, desenhada pelo arquitecto Tomás da Fonseca, em 1850. O nosso objetivo é analisar estes edifícios do ponto de vista da história social, centrando-nos na personalidade de Pinto da Fonseca, mas também na perspetiva da história do gosto, questionando de que forma a vida do proprietário influenciou a arquitetura e a decoração destes edifícios.

Memórias de um Vale: Morfologia, Água e Produção

Mafalda Sofia Paiva, Nuno Pires, Eva Leitão

O Vale de Alcântara, hoje uma das artérias vitais da cidade de Lisboa, percorrida diariamente por milhares de cidadãos, é um espaço de profunda densidade histórica e morfológica. A sua génese recua a milhões de anos, aquando da descida do nível do mar e da erosão sistemática dos maciços rochosos que esculpiram o vale encaixado, definido por margens íngremes e contornos vigorosos.

Esta ligação privilegiada ao estuário do Tejo fomentou, desde cedo, um ecossistema rico onde espécies animais e vegetais prosperaram na transição entre o interior e o litoral. Foi também este cenário que atraiu as primeiras comunidades humanas. Desde os hominídeos da Pré-História até à atualidade, o vale tem sido um palco incessante de atividade: primeiro, através da exploração de recursos naturais como o sílex e do

calcário, evoluindo mais tarde para a extração e cozedura do calcário na produção de cal; depois, pela importância estratégica do curso de água que o atravessa, a antiga Ribeira de Alcântara.

Entre um passado remoto e a história mais recente, o Vale de Alcântara soube tirar partido da sua geografia única para impulsionar o desenvolvimento populacional e industrial, consolidando-se como um ponto de união fundamental na identidade da cidade.

Desde o Paleolítico até à contemporaneidade, o Vale de Alcântara tem sido um cenário contínuo de apropriação e transformação dos recursos naturais. A água simultaneamente recurso vital e via de transporte, foi o eixo estruturante da dinâmica socioeconómica, garantindo a ligação estratégica ao Tejo. Este percurso secular de aproveitamento de recursos impulsionou o desenvolvimento humano e moldou a identidade industrial que definiu o vale ao longo dos séculos.

Património industrial em mudança: o Centro de Arqueologia de Lisboa

Isabel Cameira, João Luís Sequeira

O passado industrial da zona do Bom Sucesso assume particular relevância por ter constituído um núcleo pioneiro de implantação industrial. Foi neste contexto que, cerca de 1821, se instalou a Fábrica Nacional de Máquinas movidas a vapor, onde a sociedade composta por João Baptista Ângelo da Costa, João Pedro de Carvalho e António Julião da Costa introduziu em Portugal a primeira máquina a vapor com aplicação industrial.

Durante o século XIX, o complexo conheceu sucessivas fases de adaptação e modernização, acolhendo diferentes atividades industriais, nomeadamente no setor da moagem, refletindo a evolução tecnológica e a consolidação deste território como espaço industrial. No século XX, a progressiva desativação das unidades fabris conduziu a novas transformações dos edifícios.

No século XXI, a Câmara Municipal de Lisboa promoveu a adaptação de parte do antigo complexo industrial para acolher o Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL), valorizando o edifício existente e conferindo-lhe uma nova função cultural e científica. Este processo de reconversão evidencia o potencial do património industrial enquanto recurso para a preservação da memória histórica, ainda que de forma necessariamente selectiva, e a sua integração no tecido urbano contemporâneo.

Mas, no fundo, o que pretendemos, enquanto sociedade, preservar das nossas indústrias? A memória das máquinas, dos edifícios, ou das pessoas que laboraram nestes espaços? Do patronato pioneiro, ou dos trabalhadores que ganhavam a sua vida sob condições muitas vezes miseráveis e perigosas no que concerne à higiene e segurança? Estas opções revelam escolhas discursivas que tendem a atenuar o debate inerente à industrialização, privilegiando narrativas elitistas.

Com esta comunicação, os autores pretendem promover e manter viva a abordagem arqueológica e historiográfica desta zona tão importante da capital, problematizando criticamente o que se preserva, para quem, e com que estratégia discursiva. E defendem que muitas das reconversões do património industrial operam como adaptações encenadas, cuja materialidade industrial é mantida enquanto a verdadeira realidade do trabalho é progressivamente retirada de cena

O que são os Moinhos de Vento de Lisboa?

Ricardo Coelho, Leonor Medeiros

"(...) Onde Sancho vê moinhos D. Quixote vê gigantes. Vê moinhos? São moinhos. Vê gigantes? São gigantes" António Gedeão, 1956.

Apesar de discretos, existem moinhos de vento em Lisboa. Ou serão gigantes? Partindo destes exemplos e de uma simples pergunta — o que é um moinho? – propõe-se uma reflexão sobre o seu lugar na história urbana e no património da cidade, interrogando o próprio conceito à luz das transformações territoriais,

sociais e simbólicas de Lisboa. Tradicionalmente definidos como engenhos técnicos e arquitetónicos associados à moagem, os moinhos de vento encontram-se hoje maioritariamente desativados, desprovidos da sua função original, mas não da sua relevância enquanto elementos da memória urbana.

Tomando como caso de estudo o concelho de Lisboa, questiona-se o que significa falar destes edifícios numa cidade em constante transformação, onde o crescimento urbano, a reconfiguração do território e os novos usos do património redefiniram a relação entre forma, função e significado. Entre 2024 e 2025 realizou-se um levantamento sistemático que revelou moinhos que, mesmo 'mortos', 'viviam': reconvertidos em habitação, apropriados como equipamentos comunitários, mantidos como ruínas integradas na paisagem ou preservados através da toponímia, da memória oral e do imaginário coletivo, mobilizando memórias, identidades e usos contemporâneos.

Assim, este estudo propõe, não só dar os primeiros passos numa biografia molinológica do Concelho de Lisboa, como confrontar as perspetivas técnicas e verbetes com os significados atribuídos pelas comunidades, e olhar para este património como mais do que vestígios de um passado funcional, mas como património relacional, cuja valorização depende tanto da conservação física como da forma como continuam a ser vividos, lembrados e reinterpretados no presente, afirmando que o que um moinho é depende de quem o vê: se D. Sancho, se D. Quixote.

Em Lisboa com D. Dinis

Carlos Guardado da Silva

Desde Afonso III, Lisboa é cabeça do reino, que se afirmaria ainda mais com a fixação da chancelaria régia na cidade em 1256.O presente estudo pretende analisar a relação do rei D. Dinis com Lisboa, onde nasceu, foi batizado, cresceu e foi feito rei, bem como a cidade no seu longo reinado, entre 1279 e 1325. Assim, o estudo foca-se na cidade através dos acontecimentos que aí tiveram palco, nas últimas duas décadas do século XIII e nas primeiras duas décadas e meia do século XIV, analisados sob os temas senhor dos senhores (contenciosos com a Igreja), senhor dos concelhos, o desenvolvimento da marinha de guerra, a defesa da cidade, o comércio externo e urbano, o Estudo Geral de Lisboa, e a cidade como estaleiro como foram muitas cidades e vilas ao longo da Idade Média. Adota-se uma abordagem qualitativa, assentando o estudo no método de investigação documental, em que as referências bibliográficas identificadas seguem o critério de conveniência. A pesquisa permite concluir que D. Dinis nutria uma especial feição pela cidade que, sendo a cidade onde a Coroa estacionara durante mais tempo, foi a cidade de que o rei obteve parte do seu apoio. Por isso, Lisboa era a sua cidade, consolidando-se simultaneamente como cidade realenga.

"Teatro de Poder": os promotores das homenagens imperiais em Olisipo. Representação e munificência pública

Sara Reis, Amílcar Guerra

A cidade romana de Lisboa, Felicitas Iulia Olisipo, foi um activo centro urbano fruto do seu papel como principal porto comercial da Lusitânia. Muito cedo, foi elevada ao estatuto jurídico de Municipium Ciuium Romanorum, beneficiando assim, os seus cidadãos, dos privilégios do direito latino (tais como, autonomia administrativa), factor essencial ao desenvolvimento do processo de romanização e de uma dinâmica vida cívica e pública. A presente proposta pretende inserir-se na temática III do Congresso: Poder Político, Instituições e Vida Administrativa – Lisboa romana e visigótica: estruturas civis e religiosas. Pretende-se assim olhar para a história da Lisboa Romana através do Culto Imperial, um dos fenómenos mais marcantes da sociedade romana, que fundia política e religião na mesma esfera. Muito se tem vindo a escrever nas últimas décadas sobre o Culto Imperial, no geral, e sobre o Culto Imperial em Olisipo, em particular (inclusive, pela co-autora da presente proposta). Porém, pretende-se agora analisar este fenómeno à luz dos promotores das homenagens imperiais: as elites olisiponenses, plasmadas em diversas inscrições que se conservam na cidade, as quais figurariam (sob a forma de aras, pedestais ou elementos arquitectónicos) nos principais espaços de representação pública na cidade: o fórum, e outros edifícios públicos, como templos e o teatro.

Estas inscrições apontam para que seriam, maioritariamente, os duunviri e augustales, quem se encarregaria de promover as homenagens imperiais, permitindo assim reflectir sobre as seguintes dicotomias: cargos cívicos vs. religiosos (?); cidadãos vs. libertos; administração local vs. administração provincial (legado imperial). Em suma, entre os séculos I-III d. C., as elites municipais ocuparam-se da manutenção do culto ao imperador como forma de demonstração de lealdade ao Estado Romano mas, e sobretudo, como forma de auto-promoção e propaganda política perante a sua comunidade. Neste contexto, abordar-se-ão igualmente os fenómenos de Representação e Munificência Pública.

A "Casa da Nora". Um reflexo de Alcântara Rural

Sérgio Pedroso, André Bargão, Cristina Soares Rodrigues, Filipa Dimas, Sílvia Casimiro, Alexandra Krus

Entre 2021 e 2022, no decorrer de uma intervenção arqueológica realizada no âmbito de um projeto de alteração de um edifício localizado na Rua Luís de Camões, em Alcântara, foram identificados vestígios materiais e estruturais associados ao abastecimento hídrico do início da Época Contemporânea.

A área intervencionada insere-se num território que, até meados-fim do século XIX, manteve uma acentuada matriz rural, pontuado por quintas, terrenos agrícolas e infraestruturas de apoio à exploração, gestão e consumo de água.

OS trabalhos arqueológicos revelaram um poço associado a uma estrutura octogonal em alvenaria, interpretada como base de suporte de uma nora, bem como, espaços de acesso ao poço, selados no fim de oitocentos, provavelmente relacionados com a desactivação do engenho hidráulico. A leitura estratigráfica e o conjunto artefactual recuperado permitiram o enquadramento cronológico deste processo, reflectindo as mudanças nas práticas de exploração hídrica e, simultaneamente, o perfil dos objectos utilizados nesse processo e a tendência e o gosto objetual da população lisboeta.

A presente proposta propõe uma leitura integrada deste contexto, articulando as estruturas, os materiais associados e as fontes históricas por forma a contribuir para o conhecimento da história de Alcântara enquanto espaço de transição entre a ruralidade e a progressiva urbanização em Época Contemporânea. Pretende-se, assim, contribuir para uma compreensão mais ampla da história de Alcântara, interpretada como um reflexo da própria cidade de Lisboa.

A Procissão Nossa Senhora da Saúde:
Uma Memória Visual no Arquivo Municipal de Lisboa Fotográfico

Ana Paula Delgado

A comunicação terá como objetivo, através das imagens provenientes do acervo do Arquivo Municipal de Lisboa Fotográfico, traçar um possível quadro histórico visual da Procissão Nossa Senhora da Saúde. Procurando relembrar a importância do Arquivo para a comunidade e história local, e o contributo deste culto secular para a Memória e coesão social e Identidade da Capital.

Entre a sala e a reserva: A pintura alegórica neoclássica do Real Palácio da Ajuda e a sua circulação em Lisboa

André Soares Ferreira

A presente comunicação propõe uma reflexão sobre a pintura alegórica neoclássica em Lisboa, tomando como caso de estudo um conjunto de óleos sobre tela alusivos aos Meses do ano, integrados no chamado Ciclo de Fuschini e datáveis do início do século XIX. Este conjunto foi identificado no âmbito de uma investigação mais ampla dedicada à pintura decorativa do Palácio Real da Ajuda. As obras, que não apresentam assinatura, terão sido inicialmente concebidas para uma sala do palácio associada à Rainha D. Carlota Joaquina, conforme indica uma planta do arquiteto António Rosa. Contudo, subsistem dúvidas sobre se

chegaram a ocupar efetivamente o espaço para o qual foram projetadas. A ausência de assinatura e de documentação conclusiva remete a questão da autoria para o contexto de oficina e círculo artístico, razão pela qual se utiliza a designação "Ciclo de Fuschini" enquanto categoria historiográfica e não como uma atribuição autoral definitiva. Do ponto de vista formal, o conjunto inscreve-se numa linguagem neoclássica de carácter alegórico, adequada à função representativa de um espaço palaciano, ainda que esse programa decorativo possa não ter sido plenamente concretizado na época.

A história material destas pinturas revela um percurso marcado pela deslocação e pela mudança de contexto. Provenientes da Ajuda, as telas integraram, posteriormente a decoração do Conservatório Nacional, no Chiado, regressando ao contexto palaciano em data recente. Atualmente, encontram-se em reserva, a aguardar a necessária intervenção ao nível da conservação, estudo e divulgação. Esta circulação entre dois edifícios históricos de Lisboa – tão distintos na sua função, localização e enquadramento urbano – permite refletir sobre a conceção de um programa decorativo projetado, mas provavelmente nunca fixado, bem como o uso posterior de pinturas que acabaram por ganhar uma autonomia forçada, longe do destino para o qual foram idealizadas. Mais do que uma análise exclusivamente estilística ou iconográfica, propõe-se uma leitura patrimonial centrada na história material e no percurso institucional deste conjunto. Ao articular arte, arquitetura e património, o estudo procura contribuir para a não desmemória desta série pictórica inédita em Portugal bem como para a reflexão sobre os desafios colocados pelo conhecimento, necessidade de conservação e valorização da pintura decorativa que, embora concebida para integrar um espaço específico, acabou por ser descontextualizada, marcando a paisagem cultural de Lisboa do século XIX à atualidade.

Da Estrada Real ao Ramal de Cintra. Algumas notas sobre o impacto dos caminho-de-ferros no território

João Castela Cravo

"(...) cidade como projecção da sociedade sobre o território" (Lefebvre, 2012)

A asserção na consigna acima, de Lefebvre, remete-nos para um conceito de território sensível e percepcionado, organizado num cosmos, marcado por lugares centrais hierarquicamente formalizados.

Desde muito cedo que Lisboa se constitui numa cosmogonia política, económica e até hierofânica. Tal cosmogonia é projectada em várias direcções, segundo eixos de comunicação marcados desde há milénios de anos, para sul e este, através do Tejp, pelas suas margens ou atravessando-o, para norte, ou pela linha de costa ou pelos vales do Manto Basáltico, em direcção a Sintra (aí está uma marca hierofânica essencial) e aos vulcões de Mafra. No caso que nos interessa agora, Lisboa e Sintra têm esta característica cosmogónica em comum, pelo que desde há muito constituem um esquema espacial de lugares centrais, primeiro numa relação rural (Cidade-alfoz), depois numa relação urbana (cidade-subúrbio habitacional/subúrbio industrial).

Pelo menos a partir do século XVIII, formalizam-se, então, dois percursos essenciais para uma rede de intercomunicação na Península de Lisboa/Zona Saloia Oeste – as Estradas Reais de Lisboa-Sintra (mais antiga) e de Lisboa-Mafra, com um troço comum de Palhavã à Porcalhota de Cima/Alto do Maduro. Daqui partiam dois troços, para Sintra passando por Queluz (já em 1631 aí se construiu uma ponte na Ribeira de Carenque – Ponte de Carenque de Baixo) e o de Mafra que vai passar por Belas. Estas duas Estradas vão ser fundamentais para a fixação de população em pequenos lugares rurais.

Em 1882 é concessionada à Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, a construção e exploração da Linha do Oeste e Ramal de Cintra. O Caminho de Ferro vai substituir-se à lógica rural anterior, das Estradas Reais, e será o responsável primeiro por um conjunto de fenómenos de suburbanização e rurbanização que estarão na origem de três grandes, novas, cidades actuais – Amadora, Queluz/Massamá e Agualva-Cacém, para além da urbanização de muitos outros lugares de menor dimensão. Destes fenómenos, resulta uma rede hierárquica de marcas-lugares, que se constituiu, no presente, numa conurbação, ligando

Lisboa à Amadora, a Queluz/Massamá, à Agualva/Cacém e Rio de Mouro a Algueirão/Mem Martins e a Sintra, estas três últimas que não sendo formalmente cidades, são obviamente factos urbanos

Pretende-se nesta comunicação aprofundar este processo de transição rural-urbana, da chamada Linha de Sintra, adjetivando o papel impactante dos caminhos-de-ferro, nesta passagem.

Tempo e Poder em Lisboa

Fernando Correia de Oliveira

Emissores de tempo na cidade, desde o século XIV até à atualidade. Ligação entre os poderes político, religioso, económico, científico e os marcadores públicos de tempo. Situação do património relojoeiro público. Sensibilização para a proteção da relojoaria pública e para o seu levantamento. A relojoaria pública e a Arqueologia Industrial.

Lisboa sob a sombra e a luz dos Filipes.
Mutações urbanas, redes globais e identidade metropolitana (1580–1640)

João José Alves Dias

O estudo analisa as profundas transformações urbanísticas, arquitetónicas, políticas e sociais que Lisboa sofreu durante o período da União Ibérica. O texto demonstra como a introdução da "Arquitetura Chã" e as reformas estruturais serviram tanto para legitimar o poder dos Habsburgos como para lançar as bases identitárias e defensivas que, ironicamente, viabilizariam a Restauração da Independência em 1640.

O resumo estruturado dos principais pontos do estudo encontra-se organizado nos tópicos seguintes:

1. O Enquadramento Político e a "Monarquia Composta"
   - Recusa do anacronismo: O autor defende que o uso dos numerais globais (Filipe II, III e IV) pela corte da Época Moderna não significava a perda de autonomia de Portugal, mas sim o alinhamento com a titulatura mais alta da Monarquia Católica.
   - Reinos estanques: Juridicamente, Portugal e Espanha mantiveram-se como dois territórios soberanos, com administrações independentes e impérios paralelos, unidos apenas sob a mesma cabeça régia.
2. A Urbe Pré-Filipina: O Anverso e o Reverso
   - A apologia de Damião de Góis (1554): Descreve uma Lisboa mercantil, opulenta, exótica e sensorial (Rua Nova dos Mercadores), mas que crescia sem planeamento urbanístico (orgânica e medieval).
   - O diagnóstico de Francisco de Hollanda (1571): Denuncia as "chagas" da cidade: ruelas insalubres e escuras, escassez crónica de água potável e obsolescência militar da Cerca Fernandina face à artilharia moderna.
3. A Renovação Arquitetónica e Simbólica (Estilo Chão)

Com a chegada de Filipe II em 1581, a Coroa iniciou uma profunda reforma da "fábrica" urbana através de uma gramática renascentista erudita (com arquitetos como Filippo Terzi e Juan de Herrera):

- Torreão da Ribeira: Redesenhou o Paço da Ribeira. Afastou o monarca da "promiscuidade física" do mercado e da feitoria manuelina, transformando o palácio num centro de decisão global, sóbrio e distante.
- Mosteiro de São Vicente de Fora (1582): Erguido no local fundacional da pátria por D. Afonso Henriques, este colosso classicista apropriou-se do mito fundador português para celebrar a grandeza da Monarquia das Espanhas.
- Mosteiro dos Jerónimos: Conclusão da capela-mor num estilo maneirista contido por Jerónimo de Ruão. Ocorreu ali a trasladação do túmulo de D. Sebastião para operar uma "morte burocrática" do Sebastianismo e encerrar o luto coletivo.

- Eixo São Roque – Convento da Luz: A Igreja de São Roque projetava o império espiritual global jesuíta, enquanto o Convento da Luz (Carnide) servia de refúgio místico e aristocrático longe do bulício do porto.

4. Urbanismo Militar e a Blindagem do Tejo

Após o desastre da Armada Invencível (1588), confirmou-se a urgência de transformar Lisboa numa fortaleza inexpugnável:

- Forte de São Julião da Barra: Concebido com volumetria cúbica, baluartes pentagonais e fossos profundos para resistir à artilharia naval.
- Forte do Bugio (São Lourenço da Cabeça Seca): Uma proeza de engenharia hidráulica construída num banco de areia móvel. O seu desenho perfeitamente cilíndrico reduzia a resistência das correntes e permitia um raio de fogo de 360 graus.

5. O Quotidiano: Tensões, Sagrado e Profano

- Dualidade no Rossio e Terreiro do Paço: O espaço público transfigurava-se consoante o momento. Os mesmos espaços que acolhiam os fúnebres autos-de-fé da Inquisição, também se vestiam de festa para as célebres corridas de touros (devolvidas à cidade por alvará de Filipe II).
- A tirania da água: A escassez de água potável no Chafariz d'El-Rei gerava conflitos diários marcados por segregação social e racial (escravos, marinheiros e aguadeiros disputavam-na). A cidade dependia do transporte dispendioso de água em barcaças ("gatas") vindas da Margem Sul.

6. Ruína do Pacto e a Restauração (1640)

- Opressão fiscal e descontentamento: O custo astronómico das obras e da defesa, somado à incapacidade da Coroa em proteger o açúcar brasileiro dos ataques holandeses, quebrou a fidelidade das elites ao pacto de Tomar.
- A ironia da pedra: No golpe de 1 de dezembro de 1640, a aristocracia e a burguesia tomaram o controlo da máquina administrativa sediada no Torreão do Terreiro do Paço. Pouco depois, as imponentes fortalezas militares construídas pelos Habsburgos inverteram a sua função, servindo de escudo inexpugnável para garantir a independência do Portugal Restaurado.

As que estão, as que estiveram e as que eram para ter estado, mas nunca estiveram. Histórias de algumas estátuas e esculturas que peregrinaram por Lisboa

Carlos Boavida

São inúmeras as estátuas e esculturas que existem na cidade de Lisboa. Na fachada de um edifício ou no meio de uma rotunda, das mais diversas formas e matérias, estas obras evocam acontecimentos e personalidades que de algum modo marcaram a identidade da cidade ou do país, reflectindo igualmente as mentalidades de uma determinada comunidade e época.

Mas o que fazer a uma estátua ou escultura quando esta deixa de fazer sentido no local onde se encontra? Aspectos como a reorganização do espaço urbano, a demolição do edifício onde estava integrada ou a alteração de um projecto onde estava prevista a sua colocação podem obrigar ao seu apeamento ou mudança para outra localização, garantindo assim a sua salvaguarda, mas também a continuidade da sua presença no espaço urbano e fruição por parte do público.

Embora certamente existam mais exemplos, este breve ensaio refere-se apenas a algumas estátuas ou esculturas que estão, estiveram ou eram para ter estado, mas nunca estiveram, na área da colina de Sant'Ana.

A grande Avenida do sítio. A rua de Dona Estefânia: processo urbanístico e construtivo

Tiago Borges Lourenço

Partindo da necessidade de alargamento de um caminho antigo, a rua de Dona Estefânia afirmou-se como uma das principais realizações urbanas da Lisboa oitocentista pré-Ressano Garcia. Rasgada ao longo de um quilómetro a partir de 1868, num processo que se arrastou por mais de uma década, cedo se consolidou como eixo estruturante de uma malha urbana que se formou ao seu redor, desempenhando um papel fundamental na articulação entre os novos projetos das Avenidas Novas e da avenida dos Anjos (Almirante Reis). Rapidamente secundarizada pelo impacto destes empreendimentos, conserva ainda hoje uma influência relevante na organização urbana da cidade.

Na presente comunicação, pretende-se compreender as motivações para a abertura deste arruamento no contexto de desenvolvimento urbanístico da Lisboa do século XIX e analisar o seu processo urbanístico e construtivo.

A "Lisboa-Colecção" de Augusto Vieira da Silva (1869-1951)

Ana Cristina Leite

A "Lisboa Colecção", reunida ao longo de décadas pelo olisipógrafo Augusto Vieira da Silva, constitui um dos mais notáveis espólios privados dedicados à cidade de Lisboa. Mais do que uma acumulação de documentos, esta resulta de um projeto consciente e meticuloso: Vieira da Silva construiu de forma criteriosa, uma base documental sólida que lhe permitisse compreender a evolução histórica, social e urbanística da cidade. O seu objetivo era claro — assegurar que Lisboa pudesse ser estudada através de fontes múltiplas e coerentes.

Na sua própria casa, na Rua da Lapa, Vieira da Silva desenvolveu um sistema original de organização, combinando critérios tipológicos e cronológicos. A disposição física da coleção refletia a sua visão analítica da cidade: pinturas, mapas, gravuras, fotografias, postais, manuscritos, cerâmicas, livros, conviviam numa estrutura única que permitia leituras cruzadas e rápidas associações entre materiais. Esta disposição, profundamente científica, mas adaptada aos espaços da habitação, tornou-se um instrumento indispensável do seu trabalho de investigação.

Após a sua morte, a aquisição deste espólio pela Câmara Municipal de Lisboa representou um momento decisivo na salvaguarda deste valioso Património. Integrado nos serviços culturais do Município, como o GEO, enriqueceu as coleções do Museu da Cidade, e passou a estar acessível a investigadores, técnicos e projetos de estudo da urbe, tornando-se uma ferramenta fundamental para preservar a memória de cidade e para a produção de conhecimento sobre Lisboa.

Pretende-se dar a conhecer a "Lisboa Colecção" e demonstrar que o grande legado do olisipógrafo, não se encontra apenas nas suas publicações, mas também, e talvez sobretudo, na construção desta excecional coleção. O valor para o estudo da história é incalculável, e o seu impacto continua a sentir-se hoje, na investigação olisipográfica e na possibilidade de construir diversas narrativas museológicas.

Augusto Vieira da Silva e a Repartição da Propriedade Industrial. Notas a uma coleção de marcas comerciais e industriais no Gabinete de Estudos Olisiponenses

Elisabete Gama

No final de 1929, Augusto Vieira da Silva (1869-1951) reuniu um conjunto de marcas comerciais e industriais relacionadas com Lisboa. Organizados em álbuns, os exemplares selecionados constituem registos de marcas que passaram pela Repartição da Propriedade Industrial (RPI). À primeira vista, nada parece extraordinário: o conjunto documental, atualmente preservado no Gabinete de Estudos Olisiponenses, enquadra-se no interesse de um colecionador de "coisas de Lisboa".

Contudo, menos conhecido é o facto de o colecionador — engenheiro e olisipógrafo — ter exercido funções na própria Repartição da Propriedade Industrial, que foi tutelada pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (designado Ministério do Fomento, com a implantação da República), ao longo de pelo menos o primeiro quartel do século XX. Este aspeto menos visível da sua atividade profissional suscita hoje particular interesse, ao complementar o conhecimento já existente sobre a figura de Vieira da Silva.

Propõe-se, assim, uma primeira reflexão sobre o tema, procurando compreender as circunstâncias que motivaram a constituição deste conjunto documental, cuja singularidade reside, em grande medida, no facto de se tratar de uma recolha maioritariamente composta por modelos não aprovados, cujas razões se procurarão compreender. Pretende-se, igualmente, avaliar o seu valor cultural, económico e iconográfico para a história da capital, bem como o seu interesse enquanto fontes documentais. Será ainda objeto de estudo a caracterização desta faceta da atividade do eng. Vieira da Silva, nomeadamente os seus procedimentos e as normativas em vigor na Repartição, onde chegou a chefiar várias secções.

Saber Lisboa. O Curso de Estudos Olisiponenses (1945-1957)

Raquel Seixas, Tiago Borges Lourenço

Criado em 1933, o Pelouro dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa estabeleceu como prioridades a promoção da Olisipografia e o apoio aos seus cultores, desenvolvendo uma estratégia determinante para a expansão e para a consolidação dos modernos estudos de Lisboa ao longo do segundo terço do século XX.

A operacionalização deste plano passou pela reorganização das bibliotecas municipais, pela valorização do arquivo e museu municipais, e pela publicação de novas obras de Olisipografia e reedição de outras há muito esgotadas, que formariam um fundo especializado na Biblioteca Central Municipal. Informalmente, a valorização da figura do olisipógrafo foi também um eixo definidor desta política. Autores como Augusto Vieira da Silva e Gustavo de Matos Sequeira viram-se publicamente reconhecidos como especialistas na história de Lisboa, assumindo um papel de relevo na definição das políticas culturais e patrimoniais da cidade.

A consolidação deste projeto exigia a formação de uma nova geração de olisipógrafos capaz de assegurar a continuidade desse trabalho. É nesse contexto que, em 1934, Norberto de Araújo propôs a criação de um Curso de Estudos Olisiponenses, destinado a suprir a falta de orientação sistémica no estudo da cidade. Mais do que preparar técnicos para a administração municipal, visava formar "primeiro, alunos, e depois mestres" capazes de transformar um saber disperso em conhecimento estruturado.

Funcionando na Faculdade de Letras, o curso só se iniciou em 1945, em articulação com o Gabinete de Estudos Olisiponenses, entretanto criado. Nunca atingindo os objetivos que lhe haviam sido definidos, acabou encerrado pelos serviços camarários em 1957.

Na presente comunicação, pretende-se analisar os seus fundamentos no contexto da política camarária de promoção da Olisipografia e reconstruir a história do seu funcionamento.

AUTORES

Alexandra KRUS, Arqueóloga. Atalaia Plural, Arqueologia, Património e Território, Lda. É licenciada em 2008 em História, variante Arqueologia, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa.

Amílcar GUERRA é doutor em História Clássica, Professor Catedrático Emérito da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, investigador da UNIARQ e do Centro de História dessa mesma instituição. A sua investigação desenvolve-se especialmente no âmbito da História e Arqueologia da Hispânia Romana e pré-romana, dando especial atenção à documentação epigráfica. Neste último domínio tem dedicado atenção à "escrita do Sudoeste" como à epigrafia romana. Neste último âmbito, co-dirige o projecto de um repositório de inscrições latinas do território do município olisiponense, tendo sido co-autor do recente corpus epigráfico da cidade. Tem-se dedicado igualmente a aspectos relacionados com as línguas e os povos do Ocidente Peninsular. Foi co-responsável por alguns trabalhos arqueológicos, entre eles os do povoado de Mesas do Castelinho e do Santuário do Endovélico; e actualmente participa na equipa da cidade de Ammaia.

Ana Cristina LEITE é Historiadora e museóloga. Licenciada em História (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Mestre em História de Arte (FCSH/ Universidade Nova de Lisboa-1988), Pós-Graduação em Conservador de Museus (IEFP/APOM – Escola de Belas Artes de Lisboa), Doutoranda em Museologia pela Universidade Lusófona. Foi Diretora do Museu da Cidade de Lisboa de 1996 a Abril de 2013, tendo também ocupado o cargo de Chefe de Divisão de Museus e Palácios da Câmara Municipal de Lisboa (1996/2011). Conservadora dos museus municipais entre 1982/2013. Desde 2013 é Investigadora no Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO/CML). Autora de diversos projetos museológicos e comissária de exposições (Museu da Cidade, Museu do Teatro Romano, Museu Bordalo Pinheiro, Museu de Santo António, Galerias Romanas); e de publicações e palestras no domínio da museologia, história de Lisboa, história de arte, arqueologia e património.

Ana Paula DELGADO é licenciada em História pela Universidade Lusíada (1992-1996) e Pós-Graduada em Património Cultural Imaterial pela Universidade Lusófona (2017) e em Dinamização Cultural e Educativa de Arquivos e Bibliotecas (2023) pela Autónoma Academy. Exerce funções no Arquivo Municipal de Lisboa Fotográfico desde 2016.

André BARGÃO, Arqueólogo. Atalaia Plural, Arqueologia, Património e Território, Lda. É licenciado (2013) e Mestre em Arqueologia (2015), com dissertação na área da Arqueologia Moderna, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (NOVA/FCSH). Desenvolve Doutoramento em História, especialização em Arqueologia na mesma instituição, com financiamento/apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) com o título *Hospital Real de Todos-os-Santos: Arqueologia dos objetos de um espaço assistencial de Época Moderna em Lisboa (séculos XV-XVIII).* É Investigador Integrado não doutorado do CHAM-Centro de Humanidades, NOVA-FCSH, desde 2015.

André Soares FERREIRA é licenciado em Biologia e Geologia (U. Évora). Investigador há 14 anos, com particular interesse na mitologia clássica em património construído e coleções, com vasta experiência em iconografia. Desde 2015, colabora com diversas entidades na dinamização de visitas presenciais e ciclos online sobre mitologia, ciência e arte, destacando-se parcerias com os Palácios Nacionais (Ajuda, Mafra e Queluz), Paço Ducal de Vilas Viçosa, Museus Nacionais (Arqueologia, Coches, Grão Vasco), Museu D. Diogo de Sousa – Museu de Arqueologia, Museu da FRESS, Casa dos Patudos-Museu de Alpiarça e Divisão

Cemiterial de Lisboa. Integrou ainda projetos com o Museu Medeiros e Almeida, Museu Calouste Gulbenkian, Parques de Sintra, Palácio Chiado e Academia Luís de Camões (SHIP). Autor do projeto interdisciplinar escolar Quíron (Descodificação da Simbologia Clássica) e da Exposição LisbonMuse. Participa desde 2015 em encontros internacionais e eventos associados ao património como as Jornadas Europeias do Património, Dia Internacional dos Sítios e Monumentos, Semana Cultural dos Cemitérios e Noite dos Museus. Investigador Associado da Cátedra Unesco em Etnobotânica, possui uma pós-graduação em Museologia (UAL) e encontra-se a concluir o Mestrado em Estudos do Património (UAB) sobre mitologia e alegoria na pintura decorativa da Ajuda do início do século XIX.

Carla Nicolau MIRANDA é Investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea (Pólo da Universidade de Évora), no grupo de investigação em História da Ciência, da Tecnologia e do Ambiente. Mestranda em História, vertente de Contemporânea, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde desenvolve uma dissertação sobre a interseção entre a Criminologia e a perseguição ao movimento anarquista entre o final do século XIX e início do século XX.

Carla VIEIRA é Investigadora Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e Directora do CHAM – Centro de Humanidades da mesma instituição. A sua investigação tem-se centrado na história dos cristãos-novos em Portugal, na diáspora sefardita ocidental e nas redes mercantis e científicas no Atlântico moderno. Coordenou o projeto *Western Sephardic Diaspora Roadmap*, financiado pela Rothschild Foundation Hanadiv Europe (2020-2022) e integra atualmente a equipa do Projeto "ANIMALx – Animais de Lisboa", financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Foi investigadora visitante no Center for Jewish History (Nova Iorque), nos American Jewish Archives (Cincinnati, Ohio) e no Katz Center for Advanced Judaic Studies da Universidade da Pensilvânia (Filadélfia). Entre as suas publicações, contam-se os livros *Uma Amarra ao Mar e Outra à Terra* (2018), *Judeus Portugueses na América* (2021) e *Nação entre Impérios* (2022).

Carlos BOAVIDA é licenciado em História, variante Arqueologia e Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Arqueólogo e investigador independente há 19 anos. Técnico Superior do Gabinete do Património Cultural da Unidade Local de Saúde São José. Membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses e do Grupo Amigos de Lisboa.

Carlos Guardado da SILVA é doutor em História Medieval (2004) pela Universidade de Lisboa, com Agregação em Ciência da Informação (2016), pela Universidade de Coimbra. É Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde dirige o Programa em Ciências da Documentação e Informação, e o Doutoramento em Ciência da Informação. É Coordenador e Investigador da equipa de Information Science do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, bem como subdiretor deste Centro de Investigação. É vogal da direção do capítulo ibérico da ISKO – International Society for Knowledge Organization, Presidente da Assembleia Geral e membro do Conselho Técnico Nacional da BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação, e Documentação, e associado da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM). É Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História e membro do Conselho Consultivo da Rota Histórica das Linhas de Torres. É ainda membro da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais (SPEM), membro do Comité Científico do Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão. É (co)autor de cerca de três centenas de títulos, no âmbito da Ciência da Informação, da Organização do Conhecimento, dos Estudos de Cultura/Culturais e da História, de que é exemplo o último livro, de que é editor e coautor, *Lugares do Eu, Evidências de Nós: Arquivos e Bibliotecas Pessoais* (Lisboa: Edições Colibri; Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Centro de Estudos Clássicos, & Brasil: Universidade Federal de Santa Catarina, 2026). Em termos editoriais, é o diretor da Coleção CI – Ciência da Informação, das Edições Colibri, com 25 livros publicados, bem como da coleção Turres Veteras, com 27 livros publicados (Edições Colibri).

Catarina SIMÕES é historiadora do período moderno e investigadora integrada do CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH). Doutorou-se em História em 2021, com uma tese dedicada à presença e apropriação política de animais extra-europeus na corte portuguesa do Renascimento e ao seu papel cultural na Europa do mesmo período. Entre 2017 e 2023, trabalhou no Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa, onde desenvolveu investigação sobre coleções científicas coloniais, os legados do império português e as narrativas construídas em torno do património a ele associado. A sua investigação centra-se nas relações históricas entre humanos e animais não-humanos, explorando as suas dimensões culturais, políticas e epistemológicas, particularmente no contexto da expansão imperial europeia e da produção e circulação de conhecimentos sobre o mundo natural.

Cristina Maria Soares RODRIGUES é doutoranda em História da Arte na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com especialização em Museus e Património Artístico. Desenvolve atualmente investigação sobre o desenvolvimento urbano de Lisboa Ocidental entre os séculos XVIII e XIX, centrada na Rua da Junqueira e na sua área de influência, entendidas como observatório privilegiado para a análise das relações entre forma construída, vivência social e paisagem cultural. Licenciada e mestre em História da Arte pela FCSH/NOVA, tem vindo a desenvolver trabalho de investigação assente na análise de fontes arquivísticas, cartográficas e iconográficas, articulada com a leitura direta do tecido urbano e com metodologias de deambulação enquanto ferramenta heurística para a compreensão da estratigrafia histórica da cidade. Participou em projetos de investigação no Instituto de História da Arte e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, integrando equipas dedicadas ao estudo da arquitetura e da cultura visual da Época Moderna. Paralelamente à atividade académica, é guia-intérprete nacional desde 2013, com ampla experiência em mediação cultural e interpretação do património histórico e artístico de Lisboa, incluindo museus, palácios e jardins históricos, para públicos nacionais e internacionais. Esta dupla vertente — investigação académica e prática interpretativa — sustenta uma abordagem integrada da cidade enquanto espaço histórico vivido, cruzando memória urbana, cultura visual e experiência sensível do território.

Elisabete GAMA é licenciada em História – variante em História da Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde também se pós-graduou em História Regional e Local; e em Ciências Documentais – Documentação, Bibliotecas e Arquivos. É investigadora do GEO, nas áreas da História, Arte e Património de Lisboa e onde exerce funções de gestão e coordenação do Núcleo de Arquivo; de produção de conteúdos editoriais e expositivos; de organização e promoção de projetos culturais, colóquios e ações formativas, bem como de monitorização de itinerários e visitas culturais. Foi membro do projeto de investigação *LxConventos - Da cidade sacra à cidade laica: A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX* (FCT, IHA-FCSH/CML) e integra, desde 2021, o projeto *Olisipógrafos. Os cronistas de Lisboa* (parceria IHA-FCSH/CML).

Eva LEITÃO é licenciada em Geologia desde 1999 pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL). Desempenhou funções como geóloga a partir de 2006, no antigo Museu da Cidade. Atualmente trabalha como geóloga no CAL, desde a sua fundação em 2013. Participou em diversos colóquios e congressos nacionais e internacionais de arqueologia.

Fernando Correia de OLIVEIRA (Lisboa, 1954) é jornalista desde 1974 (Agências ANI, ANOP, NP, LUSA, jornal PÚBLICO). Primeiro correspondente português em Pequim. Diretor do Anuário Relógios & Canetas. Direito (FDL), mestre em História e Filosofia da Ciência (FCUL), doutorando em História (NOVA/FCSH). Investigador do Tempo, em toda a sua multidisciplinariedade, com publicação regular de obras sobre o assunto. Mantém o blogue Estação Cronográfica, o mais importante do seu género em língua portuguesa.

Membro de várias organizações internacionais relacionadas com o Tempo. Voluntário no Arquivo Ephemera, onde coordena os núcleos do Tempo e da Gastronomia.
(https://sites.google.com/site/fernandocorreiadeoliveira/Home)

Fernando LOPES é licenciado em História pela Universidade Autónoma de Lisboa. Trabalhou no Centro Nacional de Cultura, tendo coordenado projetos culturais relacionados com bases de dados e multimédia. Colaborou no Museu de Lisboa, onde comissariou diversas exposições e co-coordenou a exposição e catálogo: *Fragmentos de Cor. Azulejos do Museu de Lisboa.* É coautor da obra *Devoção & Fé. Registos em azulejo na cidade Lisboa.* Colaborou como investigador integrado no projeto Biblioteca *DigiTile - Azulejaria e Cerâmica online*, iniciativa do Artis – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian. Trabalhou na Unidade de Intervenção Territorial Centro Histórico da CML, onde acompanhou projetos de conservação e restauro, tendo ainda feito parte da equipa responsável pelo Projeto de Salvaguarda da Coleção de Moldes de Calçada Artística Portuguesa. É membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Filipa DIMAS, Arqueóloga, Atalaia Plural, Arqueologia, Património e Território, Lda. É licenciada em 2019 e mestre em Arqueologia em 2022, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (NOVA-FCSH). Investigadora integrada no IEM – Instituto de Estudos Medievais, NOVA/FCSH.

Isabel CAMEIRA é licenciada em História, variante de Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova em 2005. Técnica da Câmara Municipal de Lisboa desde 1996, desempenha funções na área de arqueologia /património industrial desde 2006 no Museu da Cidade. Atualmente integra o Centro de Arqueologia de Lisboa, na área de investigação do Património Industrial. Publicou o título *A fábrica de Cerâmica Lusitânia* da editora Apenas Livros, coleção os Vicentes em 2008.

Joana Lages GONÇALVES é licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. Aluna de 2º ano do Mestrado em História, especialidade de História Medieval, na mesma instituição, desenvolve a dissertação "O Mosteiro do Salvador de Lisboa, o primeiro convento dominicano feminino da Observância em Portugal (1391-1513)". Participou em projetos nacionais com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, nomeadamente "FALCO – Formulando o relacionamento entre humanos e outras espécies em Portugal medieval" (2022-2023) e "ANIMALx – Animais de Lisboa" (2025-2026). Colabora atualmente com a equipa da ERC Synergy Grant 4-OCEANS no CHAM – Centro de Humanidades da NOVA FCSH.

João José ALVES DIAS é licenciado (1982), doutorado (1993) e agregado (2001) em História, professor do Departamento de História (desde 1982) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde leciona diferentes cadeiras no âmbito de História de Portugal Moderno (séculos XV-XVII), História do Livro Impresso, Paleografia e Diplomática. Tendo vasta obra publicada em todas estas especialidades (veja-se: https://joaoalvesdias.blogspot.com/). É Investigador Integrado do Centro de Humanidades (CHAM) e do Centro de Estudos Históricos, da Universidade Nova de Lisboa.

João Castelo CRAVO é licenciado em História, variante História da Arte pela Universidade de Lisboa e Mestre em Cultura Arquitetónica, pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, tendo feito o Curso de Doutoramento em História da Arquitectura pela Universidade Lusíada. É professor, profissionalizado no grupo 400. Desde sempre ligado à investigação, tem privilegiado a História da Amadora como base do seu trabalho. É membro do CITAD, da Universidade Lusíada e do Grupo Promotor da AMA, Associação Memórias da Amadora.

João Luís SEQUEIRA é auxiliar convidado na Universidade de Coimbra, é doutorado em História e Património, com tese sobre a humanização da arqueologia industrial, na qual explorou as experiências humanas, as identidades e as relações sociais presentes no património industrial. O seu trabalho concentra-se na arqueologia industrial e contemporânea, na cultura material e na memória.

Leonor MEDEIROS é arqueóloga e Professora Auxiliar no Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, sendo investigadora integrada do CHAM. A sua investigação incide sobre a Arqueologia Industrial, a Arqueologia da Arquitetura, as paisagens culturais, a desindustrialização, a comunicação de ciência e os estudos do património, com particular atenção à documentação e valorização do património construído e às relações entre património e comunidades. É também presidente da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI) e membro do TICCIH — The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage.

Mafalda Sofia PAIVA é Mestre em "Ilustração Científica" pelo ISEC e Universidade de Évora. É Ilustradora no Centro de Arqueologia de Lisboa do Departamento de Património Cultural da CML. No âmbito do seu trabalho como *freelancer* colabora com a equipa de investigação em zoologia da Universidade de Antofagasta, Chile; trabalhou com alguns dos maiores grupos editoriais, e agências de publicidade, de Portugal, Espanha, EUA com destaque ainda para o trabalho de infografia que desenvolve com a National Geographic USA; e tem ilustrações suas em cerca de uma dezena de publicações científicas. Venceu o Concurso Internacional IL-lustraciência 2012, Barcelona o 2.º Prémio Casa das Ciências 2013, Fundação Calouste Gulbenkian. Participou em dezenas de exposições em todo o mundo.

Manuel Fialho SILVA é investigador do Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa, do Centro de História da Universidade de Lisboa e colaborador da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, instituições onde desenvolve o seu trabalho de investigação sobre a História de Lisboa, a Arqueologia Medieval e o estudo dos sefarditas medievais portugueses. Professor Auxiliar convidado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde se licenciou e obteve o grau de Mestre em Estudos Clássicos e também onde se doutorou, em 2017, na área da História Medieval, com a tese: *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Está envolvido em diversos projetos de investigação nacionais e internacionais nas áreas da História e Arqueologia, concentrando-se no período medieval.

Margarida ELIAS é doutorada em História da Arte Contemporânea em 2012, pela FCSH/UNL, está integrada no Instituto de História da Arte da mesma Universidade desde 2018. Especializou-se na obra de Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929), que foi tema das teses de Mestrado e de Doutoramento. Concomitantemente, trabalhou sobre arte portuguesa do Século XIX e início do Século XX, não só sobre pintura, mas também cerâmica e mobiliário. Desde 2017, começou a realizar investigação na área da arquitetura e do património, com enfoque sobretudo em Lisboa. De momento está a realizar um trabalho de investigação sobre Palácios e Palacetes de Lisboa, no mesmo período cronológico, tendo co-coordenado um livro sobre o Palácio das Laranjeiras.

Maria Alexandra Gago da CÂMARA é Professora Associada com Agregação e coordenadora do Mestrado em Estudos do Património no Departamento de Ciências Sociais e de Gestão na Universidade. Leciona várias unidades curriculares de História da Arte Portuguesa e Património Artístico. É investigadora integrada do Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA) da Universidade de Évora. Atualmente agrega o Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território IN2PAST. Integra o projeto de investigação financiado pela Fundação da Ciência e Tecnologia: *Santos Corpos | Um Atlas dos Corpi Santi em Portugal.* Tem como principais áreas de investigação os séculos XVII e XVIII nas Artes Decorativas aplicadas e Arquitetura no Barroco português, destacando-

se a Azulejaria e ainda as Humanidades Digitais. Neste âmbito tem integrado vários projetos de investigação financiados, tem publicado diversos estudos e livros e, realizado conferências no estrangeiro e em Portugal assim como a participação em diferentes colóquios e congressos.

Maria Paula Marçal LOURENÇO é docente do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde defendeu a sua tese de doutoramento, em 2000. É membro do Centro de História da Universidade de Lisboa, Académica de Número da Academia Portuguesa da História, do Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, investigadora de referência do Instituto Universitario de "La Corte en Europa" da Universidad Autónoma Madrid, entre outros institutos académicos e de investigação. Além das largas dezenas de artigos e capítulos de livros e a participação em vários projectos de investigação nacionais e estrangeiros, foi a coordenadora principal de História Moderna da candidatura de Óbidos a Património Histórico da Humanidade. Recebeu, em Julho de 2005, o Prémio Fundação Calouste Gulbenkian de História Moderna e Contemporânea, atribuído à obra *A Casa das Rainhas de Portugal (1640-1754)*, instituído pela Academia Portuguesa da História. A sua investigação centra-se, primacialmente, no estudo das casas senhoriais, com especial relevo para as casas da família real portuguesa, privilegiando, desde 1990, as temáticas relativas às biografias e património das rainhas de Portugal na época moderna, assim como o estudo da corte portuguesa na modernidade.

Mauro COSTA é licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2011) e mestrando em História Antiga pela mesma instituição. Tem-se dedicado ao estudo da História da Cultura Clássica, com especial incidência para a Cultura Romana, a História das Ideias e Mentalidades na Antiguidade e a recepção de temas antigos, sobretudo na Literatura. Tem participado em vários congressos da área, ao longo do seu percurso de formação. *Publicou Cícero traduzido: notas acerca do Infante D. Pedro e Damião de Góis* (2012) e *Os Gémeos e o helenismo: algumas considerações mitológico-históricas* (2012).

Michela DEGORTES é arquiteta (Universidade de Florença) e doutorada em História da Arte (Universidade de Lisboa). É investigadora colaboradora do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (IHA-NOVA FCSH/IN2PAST), integrando os grupos de pesquisa Pre-Modern e Lisbon Studies, e atualmente colabora no projeto ROADMAP, dedicando-se ao estudo da iconografia da cidade de Lisboa no final do século XVIII. A sua investigação centra-se nas trocas culturais geradas pela circulação de pessoas e objetos, enfatizando as dinâmicas do mecenato e do colecionismo, numa perspetiva interdisciplinar que articula história da arte, história da arquitetura e diplomacia cultural nos séculos XVIII e XIX. É autora de diversos ensaios e artigos publicados em revistas internacionais, e participa regularmente em congressos e seminários internacionais.

Nina VIEIRA é historiadora do ambiente e dos animais. É Investigadora Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e subdiretora do CHAM – Centro de Humanidades da mesma instituição. Com formação de base em Biologia e Ecologia Marinha, e Doutorada em História pela NOVA FCSH, tem como principais interesses de investigação as interações entre humanos e outros animais, e os impactos culturais e ecológicos dessas relações ao longo do tempo. É a Investigadora Responsável do Projeto Exploratório FCT "ANIMALx – Animais de Lisboa: Mapeando a presença e o papel dos animais (não-humanos) na história e na paisagem da cidade", colaborando ainda com a ERC Synergy Grant 4-OCEANS e a Cátedra UNESCO "O Património Cultural dos Oceanos". Atualmente, é a Representante Regional de Portugal na ESEH – European Society for Environmental History.

Nuno PIRES é Mestre em Pré-História e Arte Rupestre pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Atualmente desempenha funções como arqueólogo no Centro De Arqueologia de Lisboa (CAL).

Patrícia CARVALHO é arqueóloga marítima. É investigadora do CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH, Lisboa) e integra a equipa da ERC Synergy Grant "4-OCEANS: História Humana da Vida Marinha". Faz também parte do Projeto FCT "ANIMALx — Animais de Lisboa", da Cátedra UNESCO "O Património Cultural dos Oceanos" e do Projeto ecoRoute (EU-EMFAF-2023) dedicado à promoção do turismo cultural e natural subaquático sustentável em regiões ultraperiféricas. O seu principal interesse de investigação é a arqueologia marítima e das paisagens. Atualmente, os seus estudos focam-se na exploração dos recursos marinhos, incluindo a produção de conhecimento e as perceções sobre os animais marinhos em Portugal na época moderna.

Pedro FLOR é Professor Auxiliar com Agregação na área da História da Arte Moderna na Universidade Aberta. Obteve o grau de doutor em 2006 com uma tese intitulada "A Arte do Retrato em Portugal entre o fim da Idade Média e o Renascimento" (publicada pela Assírio & Alvim 2010 e Prémio Cultura da Sociedade de Geografia de Lisboa, 2012). Desde 1998, é docente na Universidade Aberta na área da História da Arte e da Museologia nos três ciclos de estudo. É investigador integrado no Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa // Laboratório IN2PAST. Tem coordenado e participado em vários projectos de I&D financiados em Portugal e no estrangeiro. Tem participado em vários encontros de carácter científico e publicado vários livros, capítulos de livros e artigos. É membro da Academia Nacional de Belas-Artes e da Academia Portuguesa da História. É actualmente o Presidente da Associação Portuguesa de Historiadores da Arte que pertence ao Comité Internacional de História da Arte (CIHA) desde 2021.

Pedro MIRANDA é licenciado em História, variante Arqueologia, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Arqueólogo da Câmara Municipal de Lisboa desde 2005, na Direção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana - Unidade de Projeto de Alfama e Castelo e atualmente na Unidade de Intervenção Territorial Centro Histórico. Foi responsável e corresponsável por várias intervenções arqueológicas realizadas na área de intervenção. Integra a equipa responsável pelo Projeto de Salvaguarda da Coleção de Moldes de Calçada Artística Portuguesa.

Raquel Medina CABEÇAS é doutorada em História e mestre em Arquitetura pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), onde exerceu funções de docente no Departamento de História, e é professora convidada do Departamento de Ciências da Comunicação, desenvolve investigação nas áreas da História da Arte, Arquitetura e Artes Performativas. É investigadora no Instituto de História da Arte da NOVA/FCSH / IN2PAST, no Centro de Estudos de História Empresarial e no Centro de Investigação em Ciências Históricas da Universidade Autónoma de Lisboa. Publicou *O Teatro em Diálogo com a Lisboa Seiscentista*, obra distinguida com um prémio de apoio à publicação atribuído pela Fundação Serra Henriques. Coordenou o Projeto Laranjeiras, financiado pela SGEC, pelo CEU-UAL e pelo IHA, do qual resultaram dois volumes dedicados ao palácio, ao teatro e aos jardins, contribuindo para o estudo integrado do património arquitetónico e cultural. É autora de quatro livros e de onze capítulos de livros, tendo organizado mais de seis eventos científicos e culturais e participado em doze encontros académicos. Recebeu três prémios e/ou distinções pelo seu trabalho académico e editorial. Participa e participou em projetos de investigação como investigadora em três projetos e noutras funções em dois projetos adicionais. Atualmente, coordena a Autónoma Cultura da Universidade Autónoma de Lisboa, desenvolvendo atividade de curadoria, edição e audiovisuais.

Raquel SEIXAS é doutoranda em História da Arte na Universidade NOVA de Lisboa, instituição onde concluiu o mestrado em 2014. É Diretora Técnica do Departamento de História da Arte e Património da Clay Arqueologia, investigadora no Instituto de História da Arte e no IN2PAST. Tem integrado e coordenado projetos nas áreas da museologia e do património cultural, dedicando a sua investigação ao estudo da arquitetura e da história urbana do Alentejo e de Lisboa. É co-autora da biografia *Júlio de Castilho. Mestre*

da Lisboa Antiga e autora de *O Santuário de Nossa Senhora de Aires: arquitectura e devoção (1743–1792)*, bem como de diversos artigos científicos.

Ricardo COELHO é licenciado em Arqueologia e atualmente Mestrando também em Arqueologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, exercendo também funções de Arqueólogo em contexto da Arqueologia Preventiva. Ao longo do seu percurso académico e profissional, participou em diferentes experiências de campo e investigação arqueológica focadas em Arqueologias Contemporâneas. Os seus interesses de investigação centram-se na Arqueologia Contemporânea, nas manifestações gráficas, nas relações entre as comunidades e os lugares do passado e nos processos de atribuição de significado à materialidade e ao património.

Rui MATOS é licenciado em História da Arte pela Universidade de Lisboa, conclui o Mestrado em História da Arte na mesma faculdade. Pós-graduado em Património Cultural, Natural e Mundial, Classificação, Conservação, Gestão e Cooperação. A partir de 1992 colabora com a Câmara Municipal de Lisboa no sector da Reabilitação Urbana e Gestão Urbanística, integrando atualmente a Unidade de Intervenção Territorial do Centro Histórico. Chefiou a Divisão de Gestão de Informação e Apoio Técnico da Direção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana. É membro da Associação Portuguesa de Historiadores de Arte. Integra a equipa responsável pelo Projeto de Salvaguarda da Coleção de Moldes de Calçada Artística Portuguesa.

Sara REIS é mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a tese *Religião e Sociedade no Municipium Olisiponense*, orientada pelo Dr. Amílcar Guerra; e doutoranda na mesma instituição, com a tese *Poder e Representação: O Culto Imperial na Hispânia (séculos III-IV d. C.)*. É investigadora auxiliar da UNIARQ, centrando os seus estudos nas fontes epigráficas da Hispânia Romana, particularmente nas questões do culto imperial, incidindo frequentemente no âmbito da cidade de Lisboa.

Sérgio PEDROSO, Arqueólogo. Atalaia Plural, Arqueologia, Património e Território, Lda. É licenciado em 2019 e mestre em Arqueologia em 2022, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (NOVA-FCSH).

Sílvia CASIMIRO, Arqueóloga. Atalaia Plural, Arqueologia, Património e Território, Lda. É investigadora integrada no IEM – Instituto de Estudos Medievais, NOVA/FCSH; Investigadora no Laboratório de Antropologia Biológica e Osteologia Humana, CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia NOVA/FCSH.

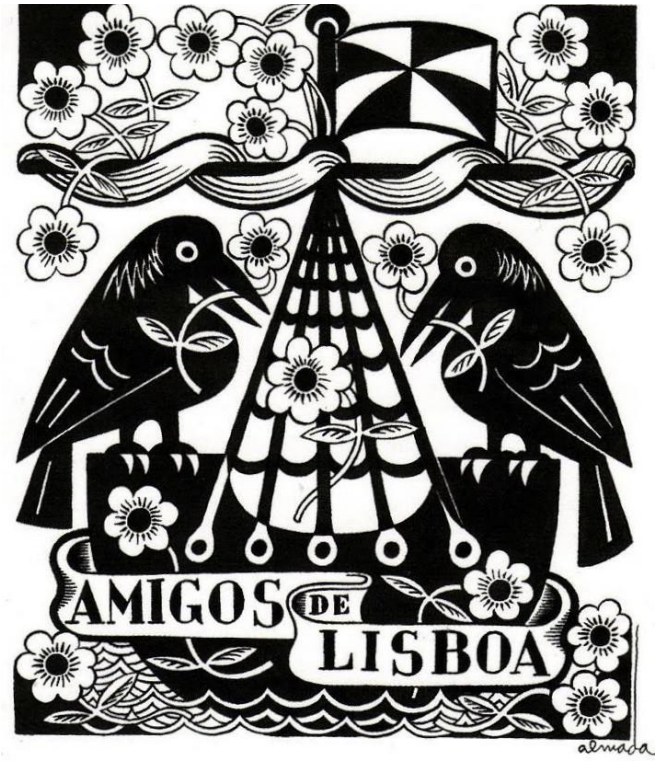
Sofia TEMPERO é licenciada em História pela Universidade de Coimbra. Exerceu a docência e desenvolveu trabalhos e investigações no âmbito da arqueologia industrial. Em 2003 inicia funções como historiadora na Câmara Municipal de Lisboa na Unidade de Projeto da Madragoa (Direção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana) e entre 2011 e 2025 integrou o Departamento de Património Cultural (Direção Municipal de Cultura). Promoveu vários projetos de salvaguarda patrimonial e de registo e divulgação das memórias de Lisboa. Atualmente exerce funções na Unidade de Intervenção Territorial do Centro Histórico e integra a equipa responsável pelo Projeto de Salvaguarda da Coleção de Moldes de Calçada Artística Portuguesa.

Tânia Manuel CASIMIRO é investigadora na Universidade de Stirling, associada ao Centre for the Sciences of Place and Memory. Especializa-se em arqueologia histórica, com foco na cultura material, marginalidade urbana e legados coloniais. A sua investigação explora memória, lugar e identidade através de diversos pro-

jetos, incluindo a arqueologia do desperdício, espaços abandonados, cemitérios e comunidades urbanas informais. Liderou escavações e projetos interdisciplinares em várias partes do mundo, analisando como objetos e espaços preservam histórias. Com mais de 200 publicações, traz uma perspetiva material aos estudos da memória, resiliência urbana e transformação social, explorando espaços liminares e narrativas esquecidas.

Teresa Campos COELHO é Arquiteta e Historiadora da Arte. Licenciada em Arquitetura pela Escola de Belas Artes de Lisboa, é Mestre e Doutorada em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Foi docente de História da Arte no Ensino Secundário e Assistente Convidada na Universidade Aberta, tendo colaborado ainda com Gabinete de Avaliação do Ministério da Educação. É Investigadora Integrada do CHAM (Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores). Como arquitetura e historiadora da arte desenvolveu trabalho no âmbito da Reabilitação Urbana e Preservação do Património em Lisboa, colaborando como técnica e coordenadora do Gabinete Técnico Local da Mouraria, e integrando a comissão de vistorias da Baixa Pombalina. Foi Vice-Provedora da Irmandade Nossa Senhora da Saúde e membro da Comissão Histórica da Ordem dos Carmelitas Descalços. Autora de numerosos artigos, é também membro do Conselho de Redação da Revista Pedra e Cal desde a sua fundação. Em 2019, a Academia Portuguesa da História atribuiu à sua tese, *Os Nunes Tinoco, uma Dinastia de Arquitectos Régios dos Séculos XVII e XVIII*, o prémio Fundação Calouste Gulbenkian para a História de Portugal de Época Moderna e Contemporânea.

Tiago Borges LOURENÇO é licenciado, Mestre e Doutorando em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e investigador do Instituto de História da Arte da FCSH/UNL (LxStudies). Tem integrado e coordenado projetos de investigação, dedicando-se maioritariamente às áreas da azulejaria, arquitetura e urbanismo de Lisboa dos séculos XIX e XX, sobre as quais publicou mais de três dezenas de artigos científicos. É também coautor da biografia *Júlio de Castilho. Mestre da Lisboa Antiga.*



Apoios

ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL